



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Salvaterra



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Salvaterra (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

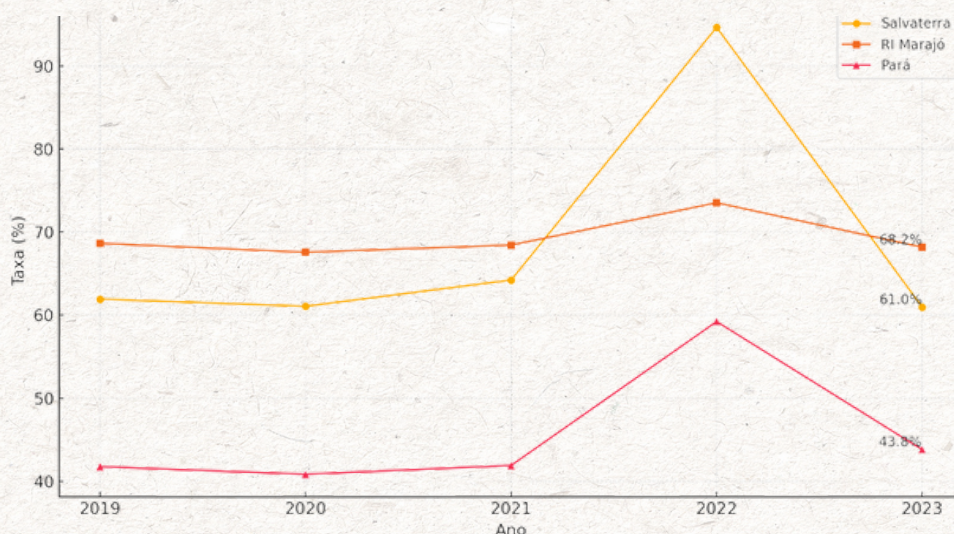
Em Salvaterra, a taxa de pobreza apresentou relativa estabilidade entre 2019 (62,1%) e 2021 (64,3%), seguida por um forte aumento em 2022, atingindo um pico de 94,5%, retornando a 61% em 2023. Esse salto significativo sugere um impacto abrupto e pontual, possivelmente ligado a fatores socioeconômicos agravados pela pandemia ou falhas na cobertura de programas sociais. A Região de Integração do Marajó, onde o município está inserido, oscilou entre 66,9% e 73,6%, com menor variação e sem picos tão agudos. O estado do Pará apresentou os menores percen-

tuais: de 41,7% (2020) a 59,1% (2022), encerrando 2023 em 43,8%. Esses dados evidenciam que Salvaterra permanece acima das médias regionais e estaduais em todo o período (Gráfico 1).

A diferença entre os territórios mostra desigualdades persistentes e o maior grau de vulnerabilidade de municípios menores. A recuperação parcial em 2023 representa um avanço, mas o patamar de 68,2% ainda é preocupante. Esse contexto reforça a necessidade de investimentos sociais focalizados na população de baixa renda. A estabilização da RI Marajó e a leve

recuperação no estado indicam que ações estruturais mais amplas podem ter surtido efeito. Contudo, o salto observado em 2022 em Salvaterra requer investigação mais detalhada. A disparidade também pode estar relacionada a variações metodológicas ou à base de dados populacionais utilizada. De toda forma, os altos percentuais confirmam a persistência da pobreza como desafio central para a gestão pública local (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

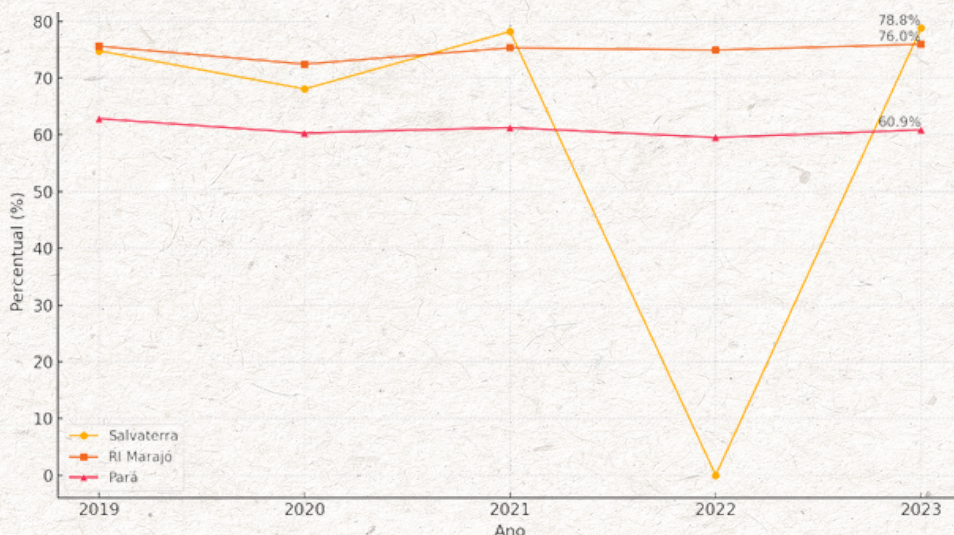
Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Salvaterra iniciaram em 75,4% do total em 2019, recuaram para 69,0% em 2020 e se recuperaram para 77,9% em 2021. Em 2022, no entanto, o indicador apresenta um valor anômalo de 0%, sugerindo ausência de execução registrada ou erro na base de dados. Em 2023, houve uma retomada para 78,8%, o maior patamar do período. Já a RI Marajó manteve uma trajetória estável, com valores entre 72,9% (2020) e 76,0% (2023), sem oscilações expressivas. O estado do Pará apresentou os menores percentuais, de 59,3% (2022) a 63,1% (2019), encerrando 2023 em 60,9% (Gráfico 2).

Essa estabilidade regional contrasta com a forte oscilação municipal, destacando possível fragilidade na continuidade de políticas públicas em Salvaterra. A recuperação de 2023 é positiva, mas reforça a importância de evitar descontinuidade nos serviços básicos. A consistência dos gastos na RI Marajó demonstra maior previsibilidade administrativa, enquanto o Pará mantém um padrão baixo de alocação proporcional de recursos para serviços essenciais. A maior prioridade dada por Salvaterra (exceto em 2022) a essas despesas pode indicar esforço local de enfrentamento das desigualdades sociais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

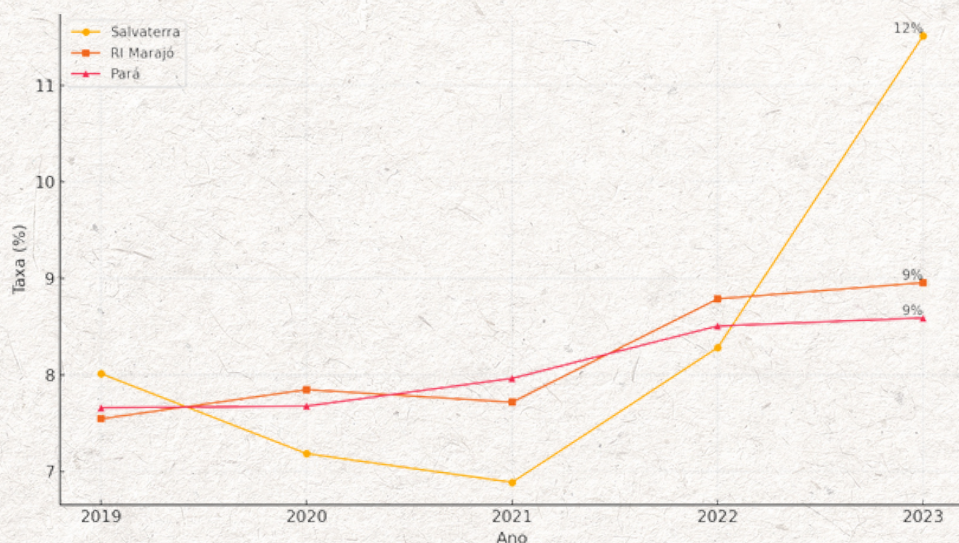
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Salvaterra iniciou o período com 8,0% de nascimentos com baixo peso em 2019, apresentando queda nos dois anos seguintes: 7,2% (2020) e 6,9% (2021). A partir de 2022, houve um crescimento preocupante: 8,3% em 2022 e 12% em 2023. Esse aumento de 5,1 pontos em dois anos coloca o município acima das médias da RI Marajó (9%) e do estado do Pará (8,6%) em 2023. A RI Marajó seguiu trajetória crescente, de 7,6% em 2019 para 9% em 2023, com ligeiras oscilações. O estado do Pará também apresentou crescimento contínuo, passando de 7,7% para 8,6% (Gráfico 3).

O salto em Salvaterra sugere deterioração nos determinantes sociais e nos cuidados pré-natais. Esse quadro pode estar relacionado à piora nas condições de saúde materna, alimentação ou acesso a serviços médicos. Apesar da tendência regional de aumento, o avanço mais intenso em Salvaterra indica que os fatores locais agravaram esse indicador. A prevalência de baixo peso ao nascer é um dos principais sinais de vulnerabilidade infantil e risco de mortalidade neonatal. Intervenções urgentes são necessárias para reverter esse quadro, com foco em políticas públicas voltadas à saúde da mulher e da criança (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

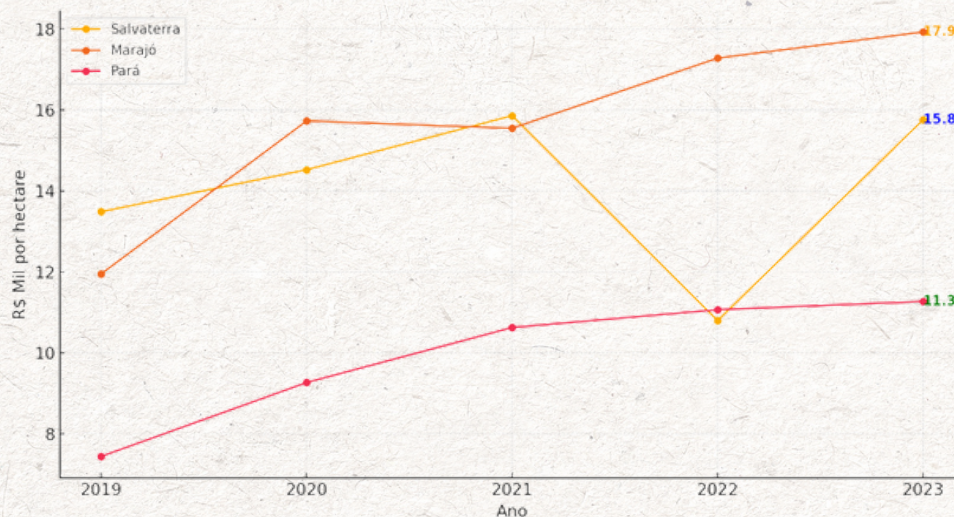
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Salvaterra, a produtividade agrícola iniciou em R\$ 13,5 mil/ha (2019), subiu para R\$ 14,6 mil/ha (2020) e R\$ 15,7 mil/ha (2021), mas teve queda para R\$ 11,0 mil/ha em 2022. Em 2023, houve retomada para R\$ 15,8 mil/ha, demonstrando recuperação do setor produtivo. A RI Marajó cresceu de R\$ 12,0 mil/ha (2019) para R\$ 17,9 mil/ha (2023), mantendo crescimento contínuo. O estado do Pará, apesar de apresentar valores inferiores, passou de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023 (Gráfico 4).

A oscilação em Salvaterra indica vulnerabili-

dade a choques de produção ou instabilidade climática, mas a retomada em 2023 sugere capacidade de reação do setor. O desempenho da RI Marajó é consistente e revela amadurecimento da cadeia produtiva regional. A média estadual ainda é baixa, embora em crescimento constante, sinalizando desafios estruturais no setor agrícola paraense. Salvaterra se destaca por manter produtividade superior à estadual durante todo o período analisado. Com apoio técnico, inovação e crédito rural, o município tem potencial para consolidar sua produção agrícola (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

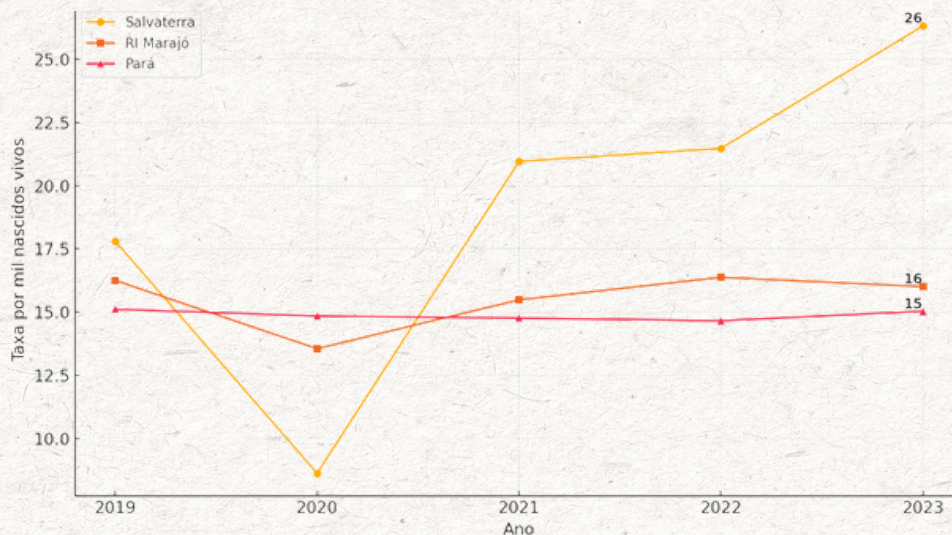
Em Salvaterra, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande oscilação entre 2019 e 2023. O valor caiu de 17,7 em 2019 para 8,6 em 2020, mas disparou para 21,2 em 2021, elevando-se ainda mais para 22,0 em 2022 e atingindo o preocupante patamar de 26,0 em 2023. Na RI Marajó, o comportamento foi mais estável: 16,2 (2019), com leve queda para 13,6 (2020), e retorno a 16,0 em 2023. Já o estado do Pará permaneceu praticamente constante ao longo do período, variando entre 14,5 e 15,0 por mil nascidos vivos (Gráfico 5).

O aumento acentuado em Salvaterra a partir de 2021 contrasta com a estabilidade dos demais recortes territoriais. Isso aponta para um agravamento localizado das condições de saúde infantil e da estrutura de atendimento neonatal. Os valores significativamente mais altos que os da média estadual indicam necessidade urgente de reforço na atenção básica, principalmente no pré-natal e no acompanhamento pediátrico. A situação sugere falhas estruturais ou ausência de políticas públicas eficazes no município nos últimos três anos. Essa tendência, se mantida, poderá impactar negativamente outros indicadores de saúde populacional no médio prazo (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

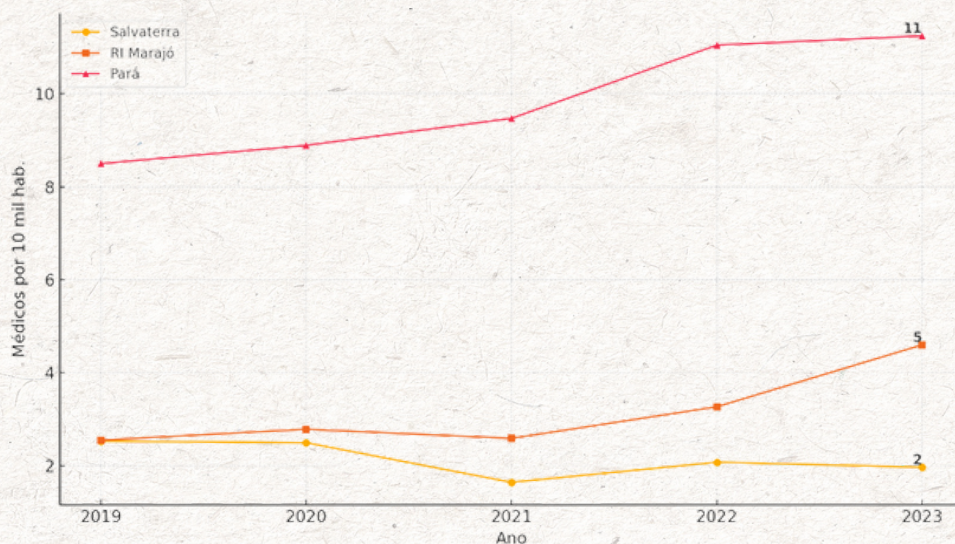
O número de médicos por 10 mil habitantes em Salvaterra apresentou baixo crescimento entre 2019 e 2023, partindo de 2,5 em 2019, caindo para 1,6 em 2021, e encerrando o período com 2,0 médicos por 10 mil habitantes. A RI Marajó teve desempenho superior: partiu de 2,6 (2019), chegou a 3,3 (2022) e atingiu 4,8 em 2023. Já o estado do Pará mostrou evolução contínua, com 8,5 médicos em 2019, subindo para 11,0 em 2023, mantendo-se sempre muito acima dos demais níveis. (Gráfico 6).

Os dados demonstram uma grave defici-

ência de recursos humanos em Salvaterra, em especial quando comparado ao patamar estadual. A baixa densidade médica pode estar diretamente associada ao agravamento da mortalidade infantil observada anteriormente. A estagnação e queda nos anos centrais indicam fragilidade na fixação de profissionais de saúde no município. Isso compromete a resolutividade da rede de atenção básica e hospitalar local. Reverter esse quadro exige ações articuladas, como programas de incentivo à interiorização de médicos e fortalecimento da infraestrutura das unidades de saúde (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Salvaterra iniciou 2019 com 248 vagas por mil habitantes, apresentando uma queda gradual até atingir 223 vagas em 2023. A RI Marajó, embora com níveis mais elevados (302 vagas em 2019), também teve redução, encerrando o período com 284 vagas. Já o Pará iniciou com 212 vagas em 2019, teve leve aumento até 220 vagas em 2022, mas caiu para 198 em 2023. O padrão geral foi de queda, mais intensa no município e no estado do que na região de integração (Gráfico 7).

A redução progressiva em Salvaterra indica um possível descompasso entre a oferta

de vagas e o crescimento populacional. Isso pode impactar negativamente o acesso à educação pública, especialmente nos níveis infantil e fundamental. Embora a RI Marajó mantenha um quantitativo maior, a tendência decrescente é comum a todos os níveis. O declínio mais acentuado em 2023 pode estar relacionado a mudanças orçamentárias ou à reorganização das redes municipais. A queda no estado do Pará também reforça a necessidade de avaliação sobre a capacidade de atendimento do sistema público educacional (Gráfico 7).

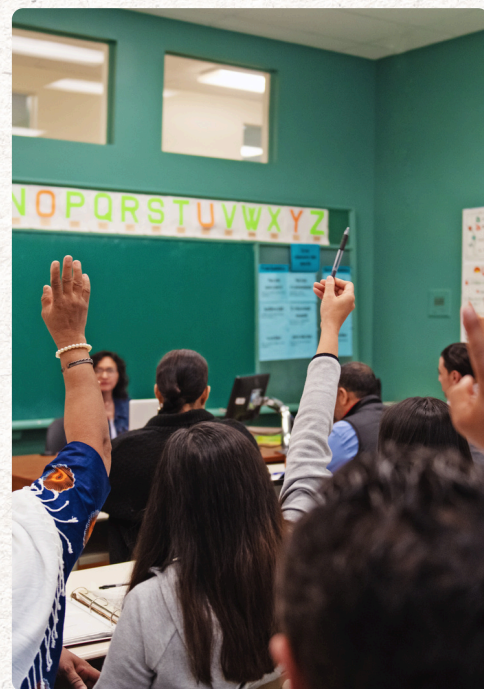
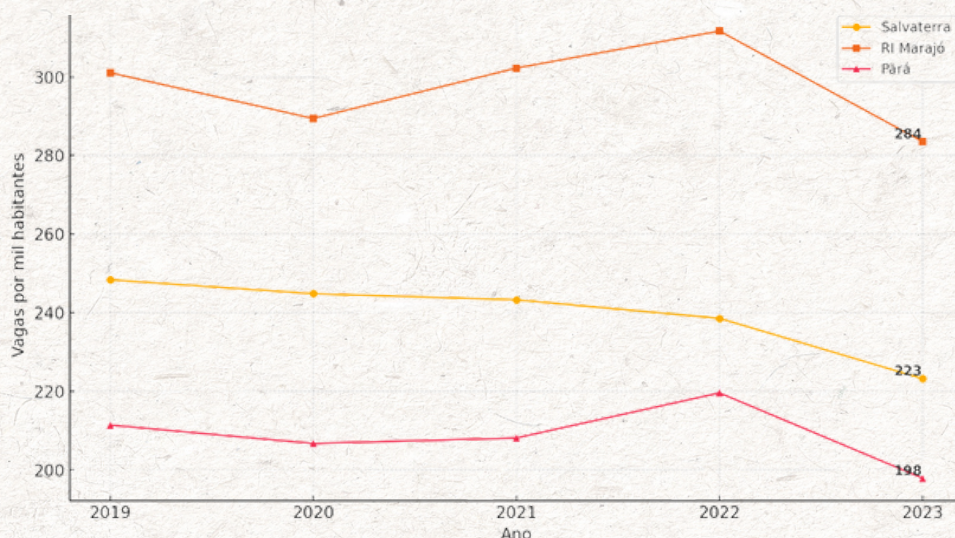


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 223 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

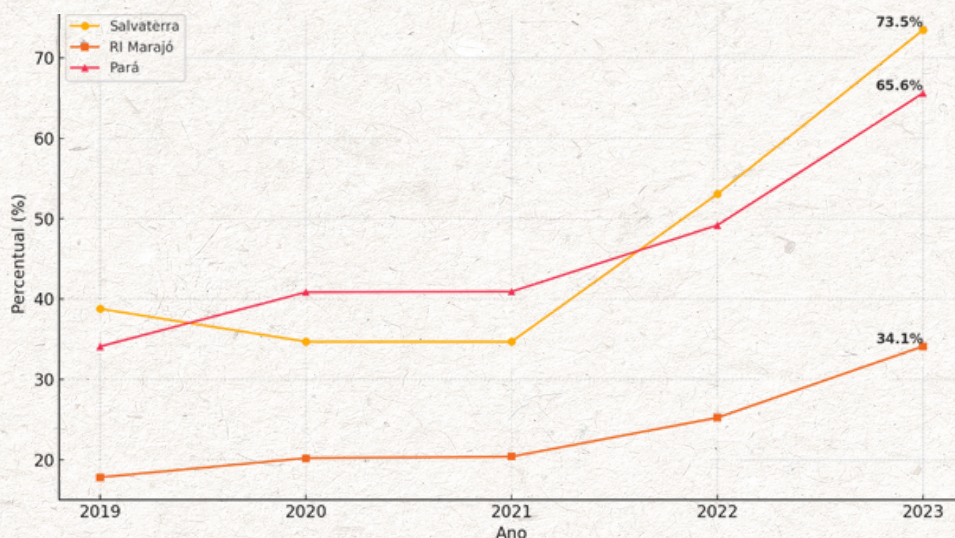
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Salvaterra mostrou forte crescimento no percentual de escolas com acesso à internet: de 38,7% em 2019 para 73,5% em 2023. A RI Marajó, que iniciou com 17,7% em 2019, encerrou com apenas 34,1%, apresentando avanço lento. Já o Pará passou de 34,0% para 65,6% no mesmo intervalo, com progresso contínuo e expressivo. A evolução de Salvaterra a partir de 2021 foi especialmente acentuada, passando de 35,0% para 52,9% em 2022 e atingindo o pico atual em 2023 (Gráfico 8).

Esse crescimento destaca o esforço local em integrar as escolas ao ambiente digital,

um passo importante para a modernização do ensino. O desempenho de Salvaterra superou inclusive a média estadual e duplicou a cobertura em comparação à RI Marajó. Apesar disso, a desigualdade regional persiste, com muitos municípios ainda com cobertura limitada. Esse indicador é essencial para garantir acesso equitativo a conteúdos educacionais digitais, especialmente após a pandemia. A expansão da conectividade nas escolas representa um avanço significativo, mas deve vir acompanhada de investimentos em equipamentos, formação docente e metodologias inovadoras (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

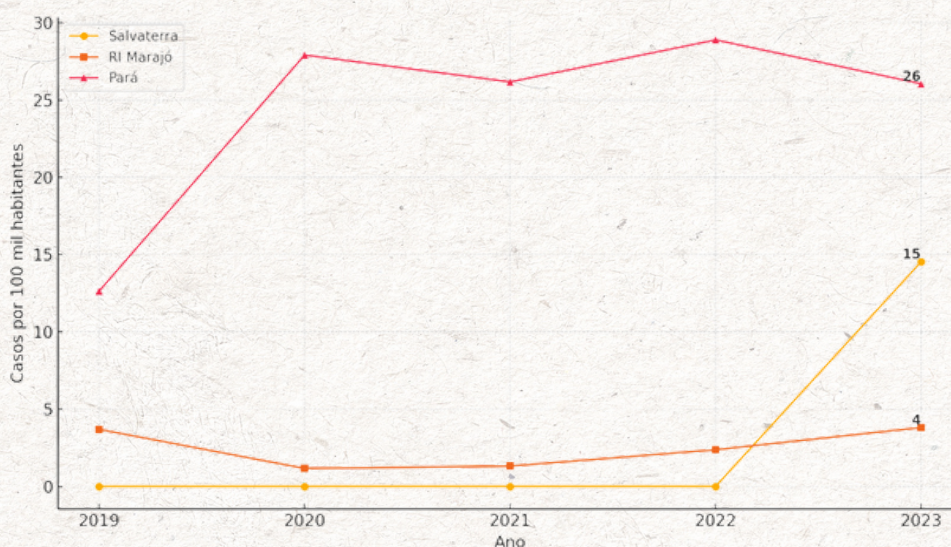


Em Salvaterra, os casos de violência contra a mulher por parceiros permaneceram zerados de 2019 a 2022, mas em 2023 registraram alta expressiva, alcançando 15 casos por 100 mil habitantes. A RI Marajó manteve números baixos, com queda de 3,6 (2019) para 1,3 (2020), estabilizando-se em torno de 2,8 até 2022 e subindo para 4,0 em 2023. O Pará apresentou os maiores índices ao longo de todo o período, iniciando com 12,6 (2019), disparando para 28,0 (2020), oscilando levemente e encerrando com 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



O crescimento em Salvaterra em 2023 representa uma inflexão preocupante, podendo refletir aumento real da violência ou maior capacidade de registro e denúncia. Em contrapartida, a estabilidade anterior pode ter sido mascarada por subnotificação ou ausência de canais de acolhimento adequados. A tendência estadual segue elevada, evidenciando a urgência de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. A RI Marajó, embora com níveis menores, também requer atenção quanto à prevenção. A alta em Salvaterra reforça a necessidade de ampliação de serviços de proteção e educação em direitos das mulheres (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

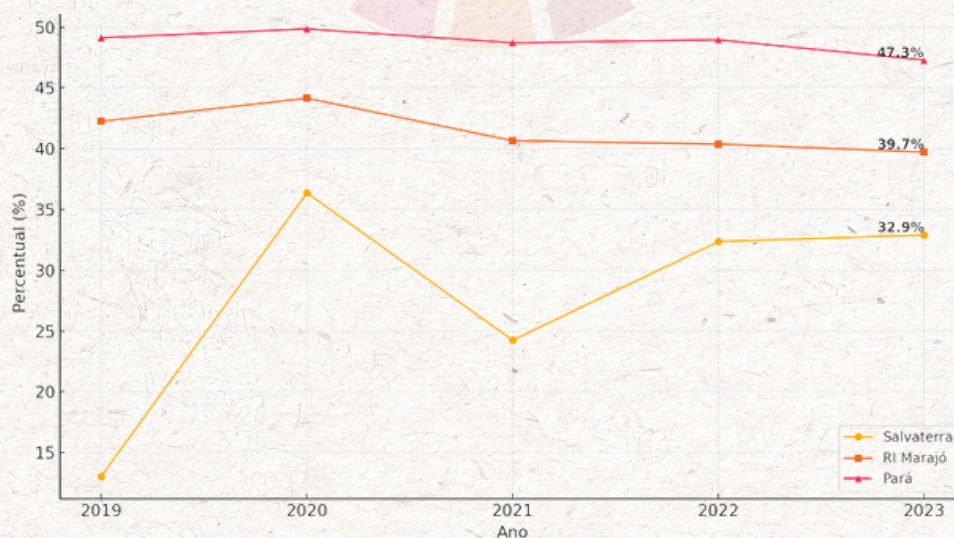
Salvaterra iniciou com apenas 13,3% de mulheres em cargos gerenciais em 2019, elevando-se para 36,3% em 2020, mas caindo para 24,4% em 2021. Posteriormente, retomou crescimento, com 32,4% em 2022 e atingiu 32,9% em 2023. A RI Marajó apresentou maior estabilidade, variando de 42,4% (2019) para 39,7% (2023), com pico de 44,2% em 2020. O estado do Pará manteve-se como o mais alto no período, variando entre 48,7% e 47,3% (Gráfico 10).





A evolução em Salvaterra mostra avanços relevantes, embora ainda abaixo dos níveis regionais e estaduais. O salto de 2019 a 2020 pode refletir políticas pontuais de valorização feminina na gestão pública, mas a queda em 2021 expõe a fragilidade dessa representatividade. Já a retomada nos anos seguintes aponta esforço de recuperação, mas com necessidade de consolidação. A estabilidade da RI Marajó e do Pará demonstra maior equidade e constância institucional na promoção da liderança feminina. A presença equilibrada de mulheres em posições decisórias é essencial para fomentar políticas públicas mais inclusivas e igualitárias. (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

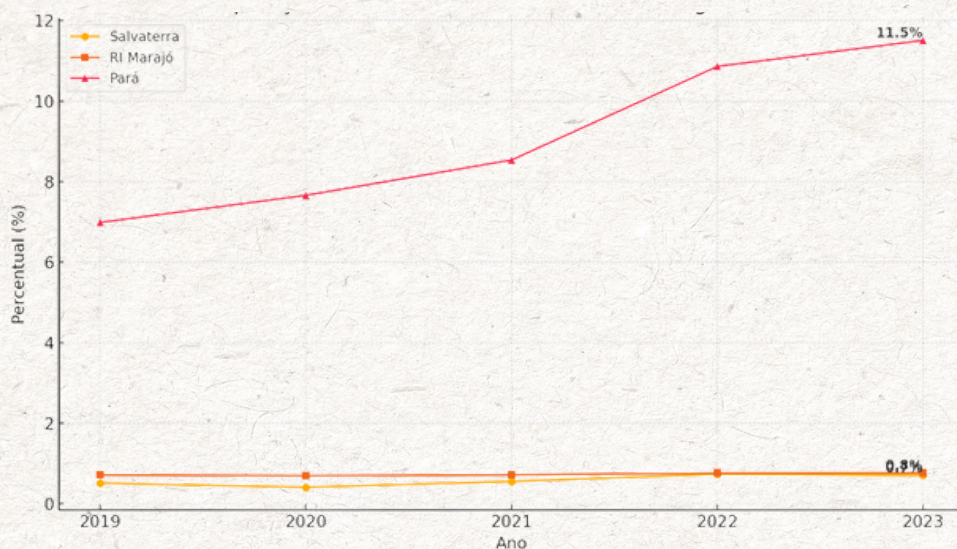
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Salvaterra, a cobertura de coleta de esgoto para a população de baixa renda oscilou levemente, indo de 0,5% (2019) para 0,3% (2020), e subindo gradualmente até atingir 0,9% em 2023. A RI Marajó apresentou comportamento similar, de 0,8% (2019) para 0,7% (2023). Já o estado do Pará teve crescimento contínuo e expressivo, de 7,0% (2019) para 11,5% (2023), demonstrando esforços mais efetivos em ampliar o serviço (Gráfico 11).

O baixo percentual em Salvaterra evidencia profunda exclusão da população mais vulnerável do acesso a saneamento básico. A estagnação da RI Marajó reforça um padrão regional de precariedade estrutural. A trajetória estadual mostra que, embora a cobertura ainda seja limitada, políticas públicas vêm sendo implementadas com maior intensidade. A persistência de índices inferiores a 1% em Salvaterra e na RI indica a urgência de investimentos em infraestrutura e priorização da população de baixa renda em programas de saneamento. O acesso à coleta de esgoto é fundamental para saúde pública, dignidade e preservação ambiental (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

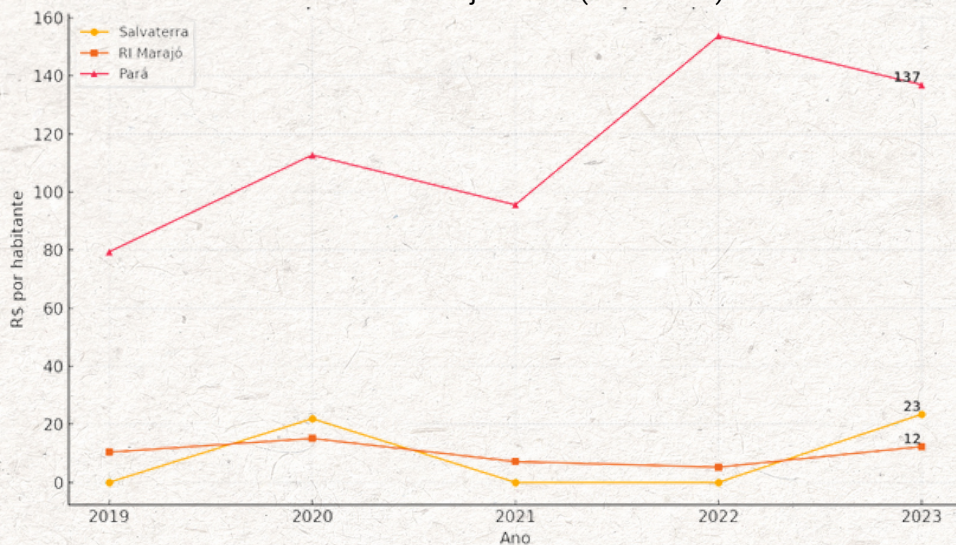
Salvaterra apresentou grandes oscilações nos gastos per capita com saneamento: partindo de R\$ 0,00 em 2019, saltou para R\$ 21,4 em 2020, caiu para R\$ 1,7 em 2021, chegou a R\$ 0,00 novamente em 2022, e subiu para R\$ 23,0 em 2023. A RI Marajó apresentou padrão mais estável, entre R\$ 7,2 (2022) e R\$ 15,6 (2020), encerrando 2023 com R\$ 12,2. O Pará teve os maiores valores e crescimento constante, saindo de R\$ 79,6 (2019) para R\$ 137,0 em 2023 (Gráfico 12).

A trajetória de Salvaterra revela descontinuidade nas políticas de saneamento básico,

com anos de total ausência de investimento direto. Isso compromete a eficácia e continuidade de qualquer plano de expansão da cobertura de esgoto e água tratada. O Pará, em contraste, demonstra maior compromisso orçamentário com a área, o que pode explicar seus resultados melhores em cobertura. A falta de regularidade em Salvaterra dificulta avanços sustentáveis e impacta negativamente a qualidade de vida local. É crucial garantir financiamento constante, planejamento multianual e execução efetiva para superar as deficiências históricas nesse setor (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 23/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

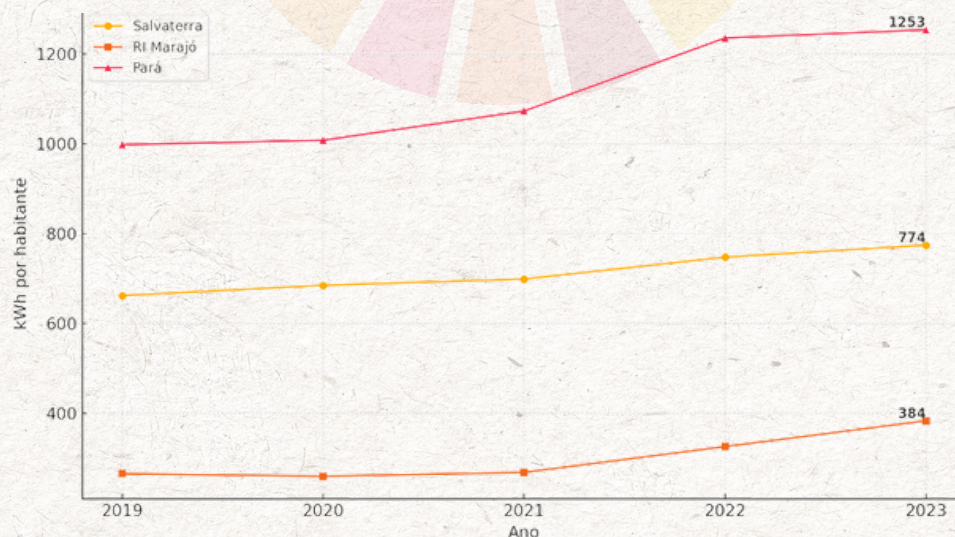


Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Entre 2019 e 2023, o consumo de energia elétrica per capita em Salvaterra cresceu de 664 kWh/hab. para 774 kWh/hab., com aumento gradual ao longo dos anos. A Região de Integração do Marajó apresentou valores inferiores, iniciando com 270 kWh/hab. em 2019 e atingindo 384 kWh/hab. em 2023. Já o estado do Pará partiu de 999 kWh/hab. e teve crescimento contínuo, alcançando 1.253 kWh/hab. no final do período. O município, embora abaixo da média estadual, se manteve constantemente acima da sua região (Gráfico 13).

Esse desempenho reflete alguma estabilidade no acesso à energia elétrica em Salvaterra, com evolução moderada e superior à da RI Marajó. O Pará demonstrou expansão mais expressiva, o que pode estar associado à urbanização e à ampliação de infraestrutura elétrica. Apesar do avanço local, ainda há diferença significativa em relação à média estadual, indicando espaço para ampliação do consumo e modernização do fornecimento. O dado é positivo, mas sugere que ainda há barreiras no acesso pleno à energia no interior do estado. A tendência de crescimento deve ser mantida com políticas voltadas à universalização do serviço (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 774 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

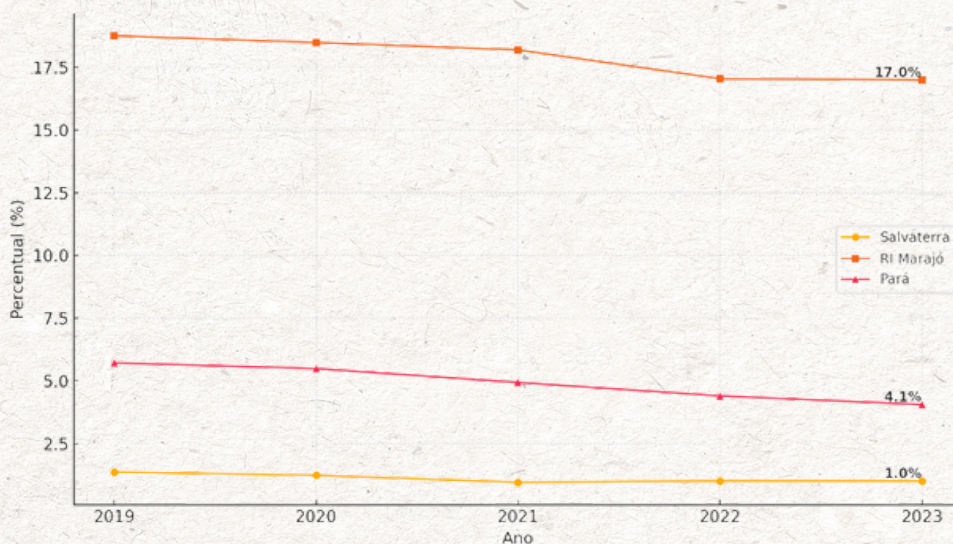
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Salvaterra iniciou 2019 com 1,3% dos domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil, percentual que caiu para 1,0% em 2023, após uma leve oscilação. A RI Marajó registrou os piores índices, partindo de 18,7% em 2019 e reduzindo lentamente até 17,0% em 2023. Já o estado do Pará apresentou melhora significativa: de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. A diferença entre os territórios é considerável, com Salvaterra demonstrando melhor desempenho (Gráfico 14).

A baixa dependência de fontes fósseis em Salvaterra é um ponto positivo, indicando que a maioria das residências de baixa renda já possui acesso à rede elétrica. A RI Marajó, no entanto, mantém uma taxa elevada, revelando sérias deficiências de infraestrutura em várias localidades. O Pará mostra tendência de queda, embora ainda com níveis preocupantes em áreas vulneráveis. A consolidação da eletrificação em Salvaterra deve ser sustentada com investimentos contínuos, enquanto as políticas estaduais e regionais precisam ser intensificadas para garantir acesso seguro e limpo a todos os domicílios. A transição energética justa depende desse avanço (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

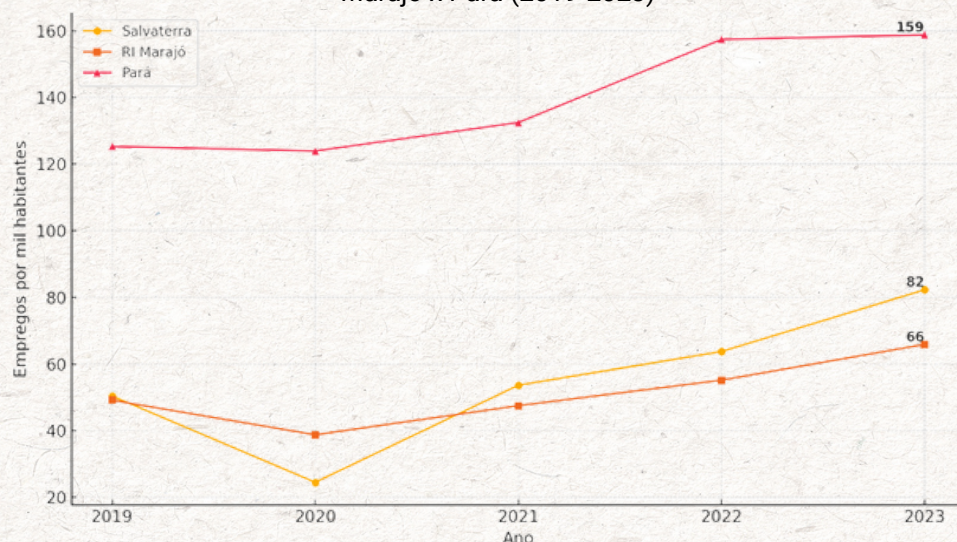


Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Salvaterra, o número de empregos formais por mil habitantes iniciou em 50 (2019), sofreu forte retração em 2020, chegando a apenas 25 empregos formais por mil habitantes. A partir de 2021, observou-se recuperação expressiva: 53 (2021), 64 (2022), e 82 (2023), superando os níveis iniciais. A RI Marajó seguiu trajetória semelhante, começando em 50 (2019), caindo para 39 (2020), e atingindo 66 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, iniciou em patamar muito mais elevado, com 125 empregos por mil habitantes (2019), mantendo crescimento até 159 em 2023 (Gráfico 15).

A recuperação do mercado formal de trabalho após 2020 é evidente nos três níveis, embora Salvaterra ainda mantenha níveis inferiores ao estado. A queda de 2019 a 2020 reflete os impactos da pandemia sobre o emprego formal, principalmente em municípios com menor estrutura econômica. A partir de 2021, o avanço progressivo demonstra melhora no dinamismo local e regional, com destaque para a curva de crescimento de Salvaterra. Apesar da melhora, a distância para os níveis estaduais permanece significativa (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 82 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

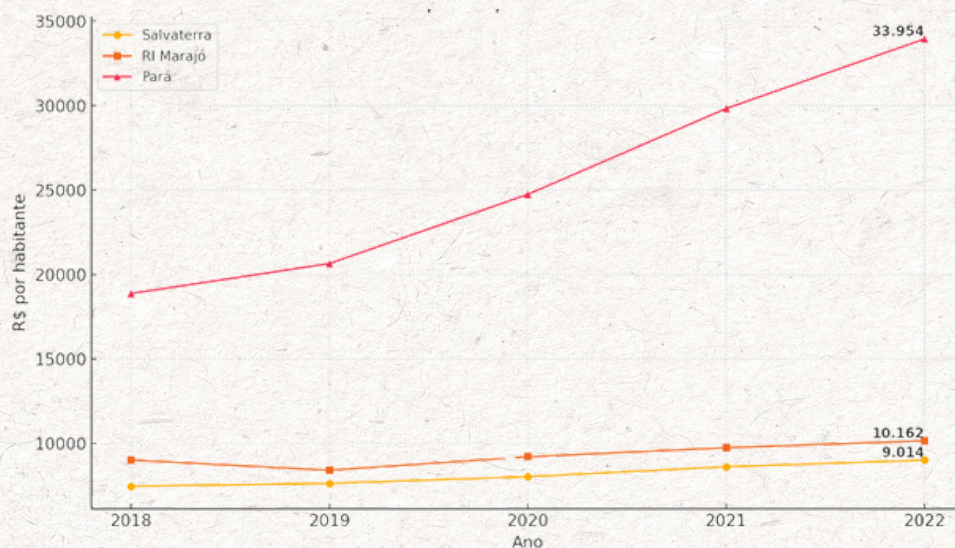
Salvaterra apresentou crescimento contínuo do PIB per capita, partindo de R\$ 7.430,60 em 2018 para R\$ 9.014,14 em 2022, com aumento mais expressivo entre 2020 (R\$ 7.928,35) e 2022. A RI Marajó também evoluiu, passando de R\$ 9.129,30 (2018) para R\$ 10.162,10 (2022), mantendo patamar superior ao do município. O estado do Pará teve desempenho muito mais robusto: o PIB per capita saiu de R\$ 18.950,53 em 2018 para R\$ 33.954,47 em 2022, com aceleração acentuada especialmente a partir de 2020 (Gráfico 16).

Essa diferença entre os níveis evidencia as desigualdades es-



truturais na distribuição da atividade econômica. Enquanto Salvaterra avança lentamente, com crescimento anual moderado, o Pará se beneficia de setores altamente produtivos e concentrados especialmente indústria extrativa e exportações. A RI Marajó mantém uma posição intermediária, demonstrando alguma resiliência. O crescimento de Salvaterra, embora positivo, ainda é insuficiente para reduzir o hiato em relação ao estado. Para convergir aos níveis estaduais, o município precisa atrair investimentos, ampliar sua base produtiva e melhorar a infraestrutura local (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.014,14/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

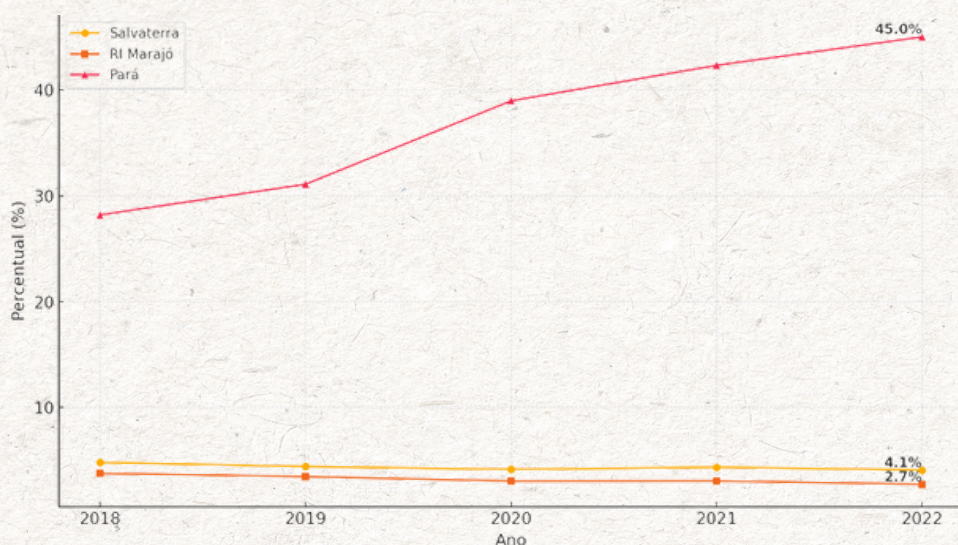


Em Salvaterra, a participação da indústria no PIB foi modesta e relativamente estável: 4,7% (2018), 4,4% (2019), 4,6% (2020), 4,8% (2021), caindo para 4,1% em 2022. A RI Marajó apresentou patamares ainda mais baixos, de 3,7% (2018) para 2,7% (2022), com tendência decrescente. Já o Pará destacou-se com forte presença industrial, partindo de 28,4% (2018) para 45,0% em 2022, com crescimento constante ano a ano. Esse contraste mostra a forte centralização da atividade industrial em determinadas regiões do estado (Gráfico 17).

A baixa participação industrial em Salvaterra e na RI Marajó indica predominância de setores primários e de serviços, com pouca inserção em cadeias produtivas de maior valor agregado. Isso limita o crescimento sustentável e a geração de empregos qualificados nesses territórios. Em contrapartida, o Pará se destaca nacionalmente com seu parque industrial voltado à mineração, energia e transformação, o que explica sua performance elevada. Para alterar esse cenário local, seriam necessárias políticas voltadas à industrialização leve, apoio a pequenas indústrias e melhoria da logística e capacitação. A expansão da indústria poderia gerar efeitos multiplicadores positivos, com impacto direto sobre o PIB e o emprego formal (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Salvaterra, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes cresceu de 2,4 em 2019 para 7,0 em 2023. O menor valor foi registrado em 2020, com apenas 0,8 profissionais, seguido de uma recuperação constante nos anos seguintes: 3,4 (2021) e 4,0 (2022). A Região de Integração do Marajó começou com 9,1 (2019), caiu para 7,0

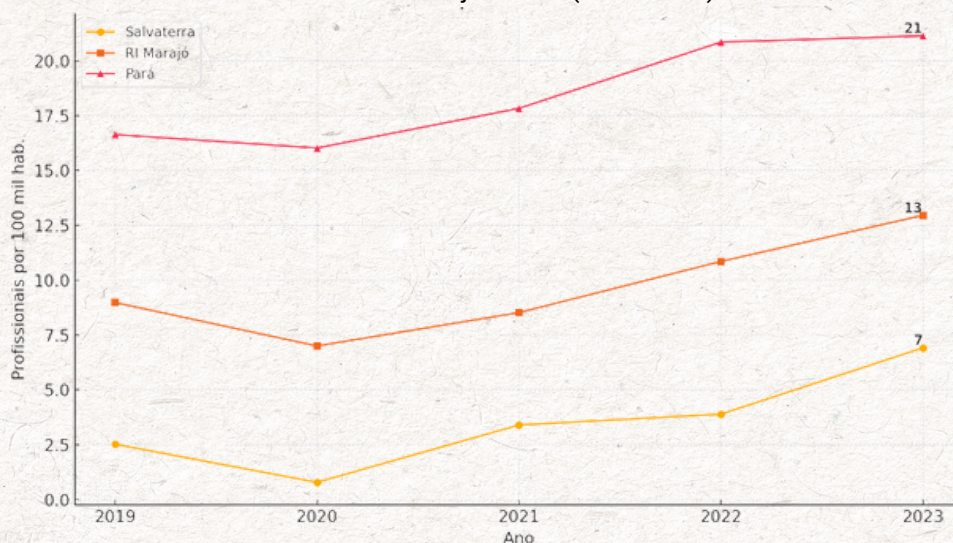


(2020), mas retomou crescimento até atingir 13,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou os melhores desempenhos, passando de 16,7 em 2019 para 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

A trajetória crescente nos três níveis após 2020 indica esforço de retomada na formação e contratação de cientistas. Salvaterra, embora parta de patamares baixos, mostrou progresso relevante nos últimos três anos. A RI Marajó mantém posição intermediária, acima do município, mas ainda distante da média estadual. O Pará demonstra concentração de mão de obra qualificada nas áreas urbanas mais estruturadas. O dado reforça a importância de políticas públicas para descentralizar oportunidades científicas, investindo em capacitação local e infraestrutura de pesquisa no interior (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



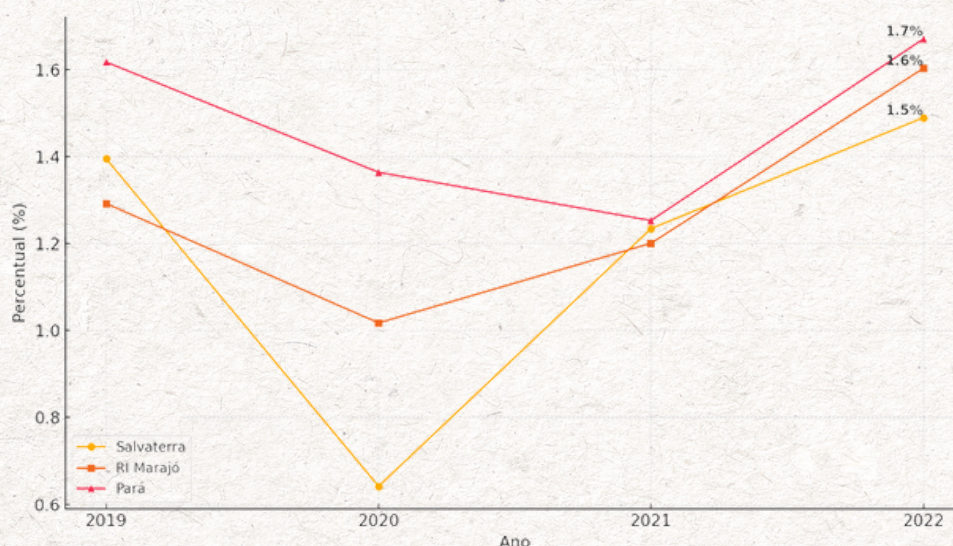
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Salvaterra, a participação da massa salarial no PIB era de 1,4% em 2019, caiu bruscamente para 0,63% em 2020, mas recuperou-se nos anos seguintes: 1,21% (2021) e 1,50% em 2022. A Região de Integração do Marajó apresentou variação mais moderada, de 1,29% (2019) para 1,60% (2022), com crescimento contínuo a partir de 2020. O estado do Pará manteve os maiores valores absolutos: 1,62% (2019), queda até 1,24% (2021), e retomada para 1,73% em 2022 (Gráfico 19).

A forte queda de Salvaterra em 2020 reflete os impactos da pandemia sobre o mercado de

trabalho formal, mas a recuperação subsequente indica reação positiva do emprego com carteira assinada. A RI Marajó apresentou resiliência maior, com retomada consistente e percentual final acima do município. Já o Pará, apesar da queda inicial, encerrou com o melhor desempenho relativo, reforçando sua estrutura econômica mais sólida. A retomada em Salvaterra é um sinal promissor, mas o nível ainda é inferior aos demais recortes. Políticas que incentivem vínculos formais e melhorem os salários são essenciais para elevar esse indicador no município (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

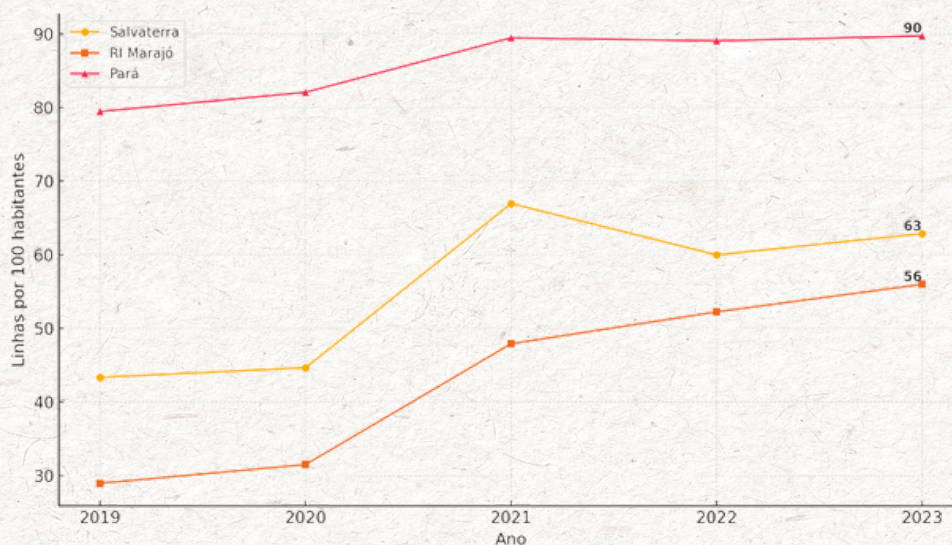
Acesso à Telefonia Móvel

Salvaterra iniciou 2019 com 43,2 linhas móveis por 100 habitantes, subiu levemente em 2020 (44,6), e teve um salto expressivo para 67,2 em 2021. Em 2022, houve uma queda para 60,1, seguida de uma leve recuperação em 2023, atingindo 63,0 linhas por 100 hab. A RI Marajó iniciou com 28,6 (2019), crescendo de forma constante até 56,1 em 2023. Já o estado do Pará manteve patamar muito mais elevado durante todo o período: de 79,9 (2019) até 89,7 em 2023 (Gráfico 20).

A trajetória de Salvaterra revela ampliação significativa no acesso à telefonia móvel entre 2020 e 2021, com posterior estabilização. Apesar disso, ainda permanece abaixo da média estadual, embora já tenha superado a média da RI Marajó desde 2021. A expansão da conectividade é um indicativo positivo de inclusão digital e acesso à informação. A diferença para o Pará mostra a persistência de desigualdades de infraestrutura. A manutenção e ampliação da cobertura dependem de políticas públicas e investimentos privados em tecnologia e rede. A evolução até 2023 é animadora, mas o desafio está em manter o ritmo de crescimento com qualidade de serviço (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

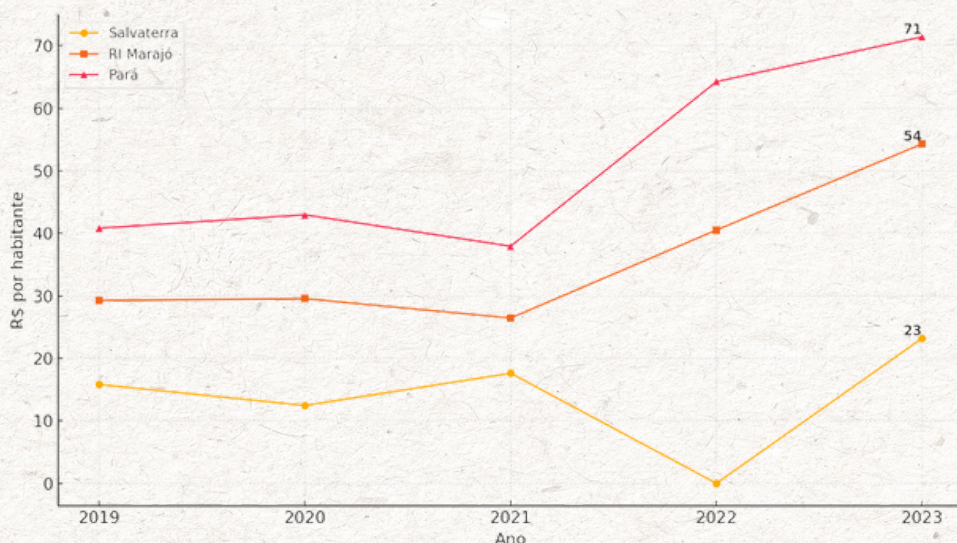
Em Salvaterra, o gasto per capita com cultura e meio ambiente iniciou em R\$ 16,2 (2019), recuou para R\$ 12,7 (2020), e subiu levemente em 2021 (R\$ 17,6). Contudo, em 2022 houve uma queda brusca para R\$ 0,00, sendo retomado em 2023 com R\$ 23,3 por habitante. A RI Marajó teve trajetória mais estável: de R\$ 29,5 (2019) para R\$ 54,0 em 2023, com crescimento a partir de 2021. Já o estado do Pará ampliou os gastos de R\$ 40,7 para R\$ 71,1 no mesmo período (Gráfico 21).

O desempenho de Salvaterra é marcado por instabilidade, com destaque negativo

para a ausência total de investimento em 2022. Esse hiato compromete a continuidade de ações culturais e ambientais, afetando diretamente a qualidade de vida e preservação local. A RI e o estado, por outro lado, indicam esforços consistentes para valorização da área. A retomada em 2023 é importante, mas ainda abaixo das médias regional e estadual. A irregularidade pode estar associada a restrições orçamentárias ou à priorização de outras áreas. Para garantir impacto social e ambiental duradouro, é essencial ampliar e estabilizar esses investimentos no município (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 23/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



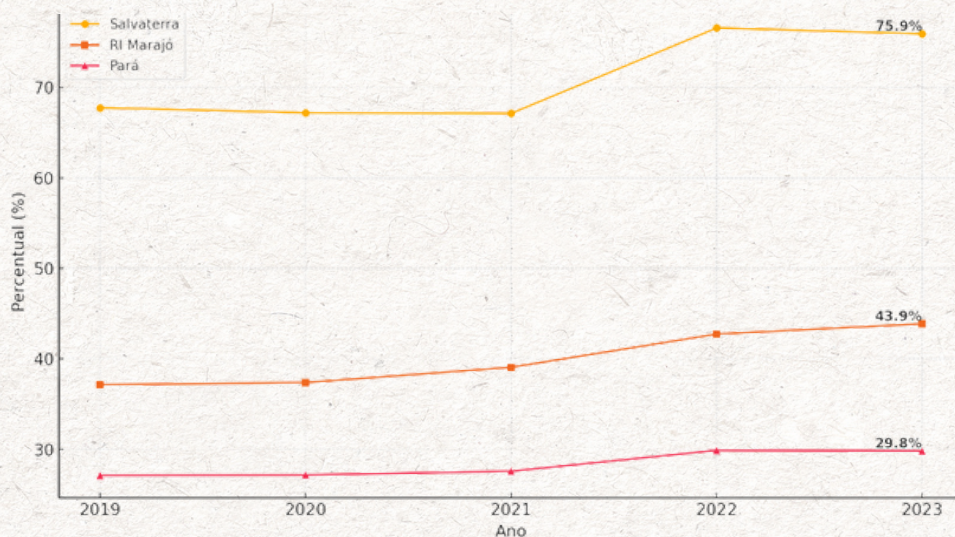
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Salvaterra, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo era de 67,8% em 2019, mantendo-se estável até 2021 (67,4%). Em 2022, houve aumento expressivo para 75,9%, valor que se manteve praticamente inalterado em 2023. A RI Marajó apresentou crescimento constante, de 37,1% (2019) para 43,9% (2023). O estado do Pará teve os menores percentuais, partindo de 26,9% e subindo para 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

O dado de Salvaterra é alarmante: mais de três quartos da população pobre ainda

utiliza práticas inadequadas para destinação de resíduos. A estabilidade em patamares altos e o recente aumento sugerem ausência de políticas públicas eficazes na área de coleta e tratamento de lixo. O contraste com a média estadual evidencia um problema mais grave no município. A elevação do indicador em toda a RI também reforça a fragilidade regional nesse aspecto. Isso acarreta sérios riscos ambientais e de saúde pública. Intervenções urgentes em saneamento, educação ambiental e serviços de limpeza urbana são imprescindíveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 75,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

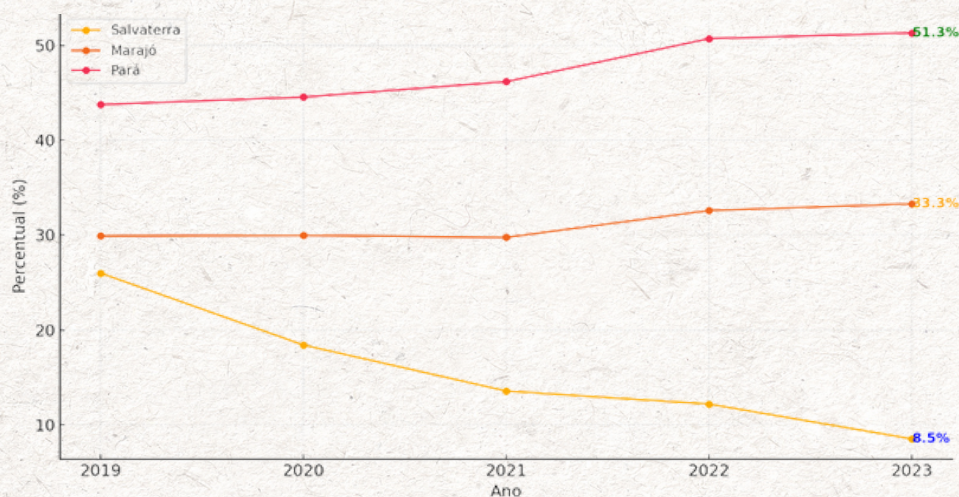
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em 2019, Salvaterra registrava 26,2% da população de baixa renda com fossa rudimentar, valor que caiu gradualmente até atingir 8,5% em 2023. A RI Marajó manteve-se praticamente estável de 30,0% para 33,3% ao longo do período. Em contrapartida, o estado do Pará apresentou piora considerável: de 44,0% (2019) para 51,3% (2023), consolidando a tendência de crescimento desse tipo de saneamento precário (Gráfico 23).

O comportamento do indicador em Salvaterra é positivo, com queda contínua nos úl-

timos cinco anos. Esse avanço pode refletir políticas locais de substituição por alternativas mais adequadas, como fossas sépticas ou rede sanitária. A performance da RI e do estado, no entanto, revela estagnação ou retrocesso na área de saneamento básico para os mais vulneráveis. A redução em Salvaterra torna-se ainda mais significativa diante do cenário estadual. Apesar disso, o percentual ainda exige atenção, pois indica que parte da população vive sob risco sanitário. A continuidade de programas estruturantes será fundamental para erradicar a prática no médio prazo (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

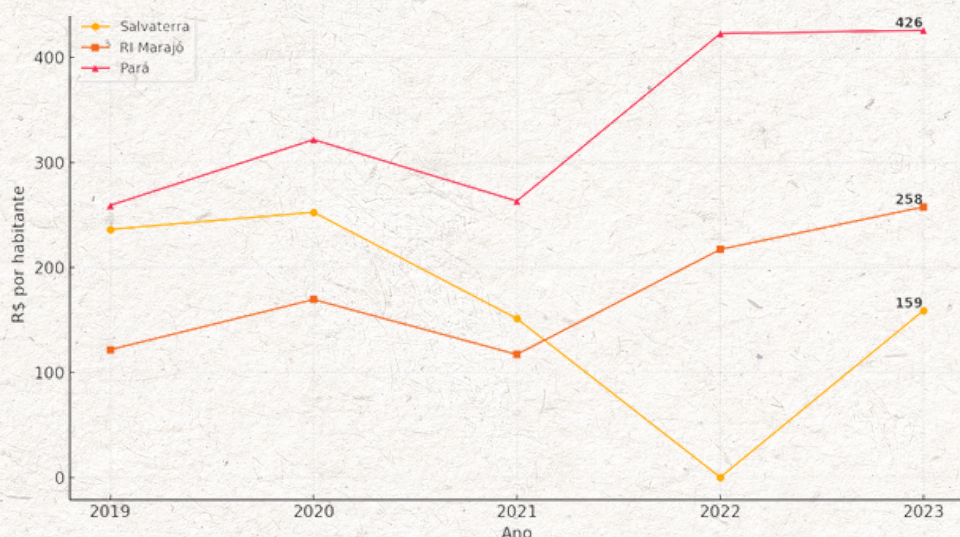
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em 2019, Salvaterra registrava R\$ 236,4 por habitante em gastos com prevenção de desastres, subindo levemente para R\$ 251,5 em 2020. No entanto, houve uma queda acentuada para R\$ 153,4 em 2021, culminando em uma interrupção total de gastos em 2022 (R\$ 0,00). Em 2023, observou-se retomada parcial, com R\$ 159,2 por habitante. A RI Marajó partiu de R\$ 121,6 (2019) e chegou a R\$ 258,0 em 2023, com crescimento contínuo a partir de 2021. O estado do Pará apresentou evolução expressiva: de R\$ 261,3 (2019) para R\$ 426,1 em 2023, com destaque para 2022, quando atingiu R\$ 423,7 (Gráfico 24).



A trajetória de Salvaterra revela fragilidade na regularidade dos investimentos em prevenção, com hiato total em 2022. Essa oscilação compromete a capacidade de resposta a eventos extremos, especialmente em regiões vulneráveis como o Marajó. A RI Marajó e o estado do Pará demonstram maior consistência, com avanços progressivos no financiamento da área. A disparidade entre os níveis também evidencia a priorização diferenciada do tema nas escalas estadual e municipal. A retomada em 2023 é positiva, mas ainda insuficiente (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 159/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Salvaterra, a despesa per capita com preservação aquática iniciou em R\$ 1.280,1 (2019) e atingiu o pico de R\$ 2.160,4 em 2020. A partir de então, houve queda: R\$ 1.409,7 (2021) e R\$ 1.214,6 (2022), com posterior recuperação em 2023 (R\$ 1.552,1). A RI Marajó teve comportamento semelhante: R\$ 742,6 (2019), chegando a R\$ 1.160,1 (2023), também com pico em 2020. Já o estado do Pará manteve-se em patamares inferiores, de R\$ 184,7 (2019) para R\$ 287,3 (2023) (Gráfico 25).

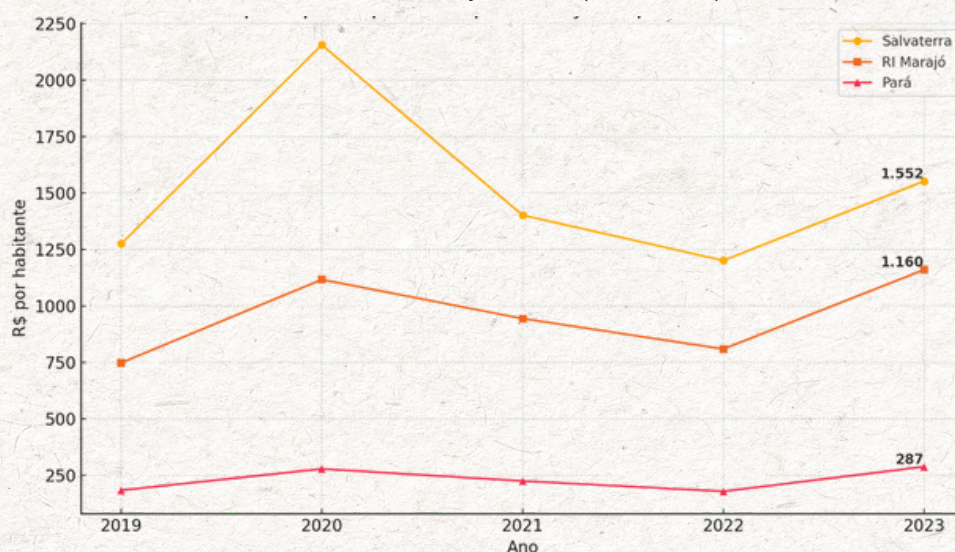
Os dados mostram que Salvaterra e a RI Ma-

rajó alocam recursos significativamente maiores que a média estadual para preservação aquática. O padrão de queda após 2020 pode estar ligado a efeitos pós-pandemia e redirecionamento de recursos. Mesmo com flutuações, os valores ainda se mantêm altos, sinalizando importância estratégica da água para a região. O Pará, por outro lado, opera com baixos investimentos, o que sugere subvalorização do tema em âmbito estadual. Em regiões insulares e costeiras, como o Marajó, a conservação hídrica é vital para o equilíbrio ambiental e segurança alimentar (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.552/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

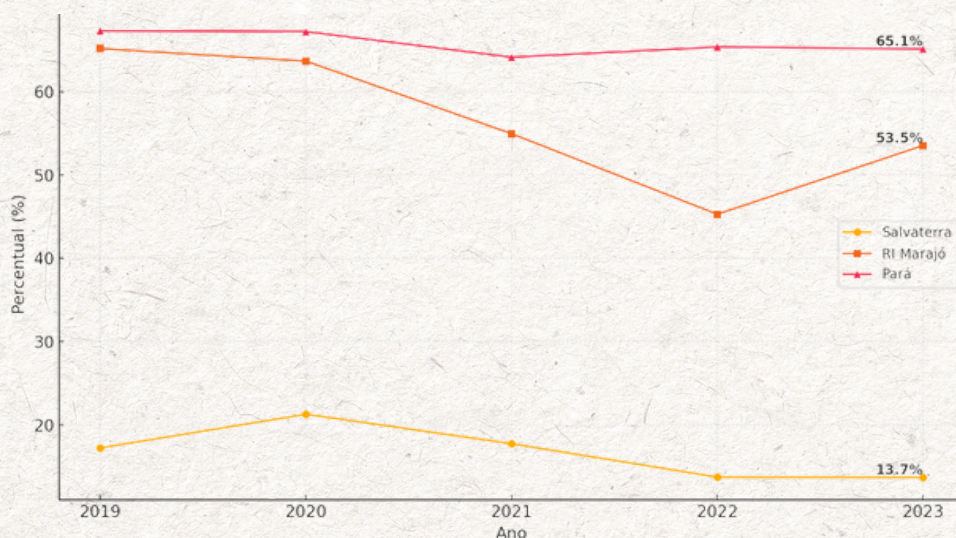
Em 2019, Salvaterra apresentava 17,4% de cobertura florestal, subindo para 21,1% em 2020, mas em queda contínua nos anos seguintes: 17,9% (2021), 14,0% (2022) e 13,7% em 2023. A RI Marajó iniciou em 66,2% (2019), caindo para 45,5% em 2022, com leve recuperação em 2023 (53,5%). O estado do Pará manteve estabilidade, com 66,9% (2019) e 65,1% (2023). Essa diferença acentuada entre os níveis indica degradação mais intensa no município e na região (Gráfico 26).

A redução da vegetação nativa em Salvaterra é preocupante e ocorre em ritmo mais

acelerado que na média estadual. A leve recuperação regional em 2023 não reverte a tendência geral de perda florestal no território marajoara. O Pará demonstra sucesso relativo na preservação, apesar de pressão contínua. A perda de floresta compromete os serviços ecossistêmicos, como regulação climática e conservação da biodiversidade. No contexto da Amazônia, tais recuos locais afetam a resiliência ambiental global. É fundamental fortalecer o monitoramento, zoneamento e ações de reflorestamento, especialmente em áreas já muito fragmentadas como Salvaterra (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

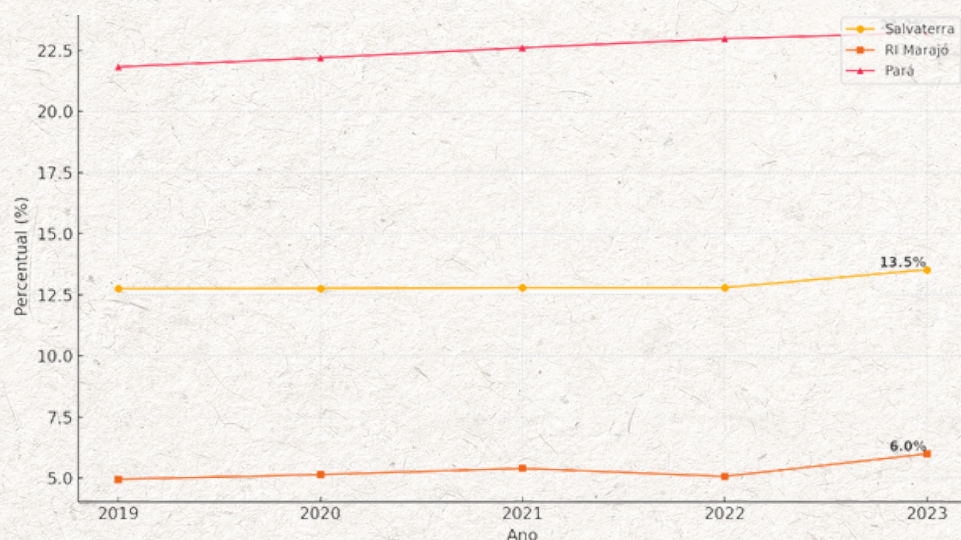
Salvaterra manteve estabilidade entre 2019 e 2022, com taxa de desmatamento em 12,8%, subindo levemente para 13,5% em 2023. A RI Marajó apresentou crescimento moderado: de 4,9% (2019) para 6,0% (2023). O estado do Pará registrou os maiores percentuais: 21,7% (2019) até 23,2% (2023), com aumento contínuo ao longo do período. Essa dinâmica reforça o padrão inverso observado na cobertura florestal: quanto maior o desmatamento, menor a vegetação nativa restante (Gráfico 27).

Embora o Pará concentre a maior área desmatada propor-

cionalmente, os dados de Salvaterra indicam pressão crescente sobre os recursos naturais. O crescimento discreto pode parecer positivo, mas a estagnação em patamar elevado também representa um desafio crítico. A estabilidade na RI Marajó sugere uma dinâmica mais controlada, embora ainda longe do ideal. A expansão do desmatamento compromete os compromissos ambientais internacionais assumidos pelo Brasil. A adoção de práticas sustentáveis e o fortalecimento da fiscalização são caminhos essenciais para conter a ampliação das áreas degradadas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

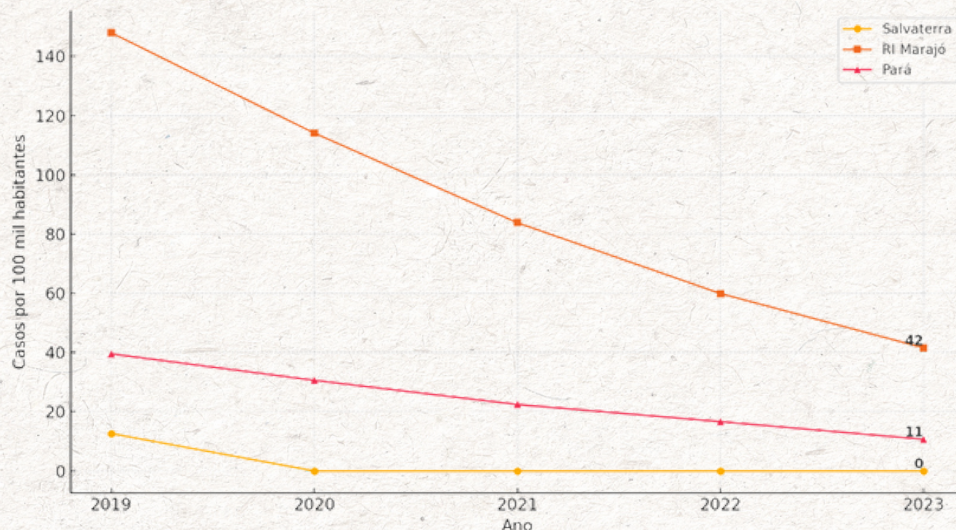
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Salvaterra, a taxa de trabalho infantil era de 13,1 casos por 100 mil habitantes em 2019 e caiu a zero já em 2020, mantendo-se assim até 2023. A Região de Integração do Marajó começou em nível alarmante, com 147,7 em 2019, reduzindo de forma consistente para 115,0 (2020), 84,5 (2021), 60,2 (2022) e 42,2 em 2023. O estado do Pará também apresentou redução contínua: de 39,6 (2019) para 11,0 em 2023 (Gráfico 28).

A eliminação completa dos registros em Salvaterra desde 2020 é um resultado expressivo, indicando ações eficazes de erradicação ou limitação de registros formais. Apesar disso, a persistência de valores ainda elevados na RI Marajó sugere que o problema continua relevante regionalmente. O estado do Pará também apresenta trajetória decrescente, embora ainda registre casos. A comparação reforça que a questão é mais intensa fora dos grandes centros. O foco deve ser mantido na prevenção, fiscalização e apoio social às famílias em situação de vulnerabilidade (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

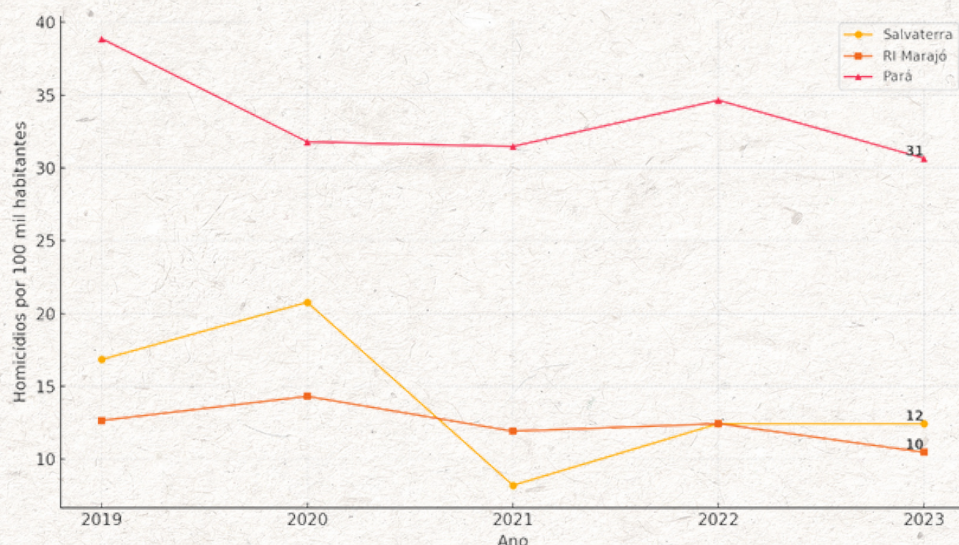
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Salvaterra, a taxa era de 16,9 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, subindo para 20,8 em 2020. A partir daí, houve queda acentuada para 8,1 (2021), com leve aumento para 12,6 em 2022 e 12,0 em 2023. A RI Marajó oscilou entre 12,7 (2019) e 10,4 (2023), com variações discretas. Já o Pará iniciou com um nível muito alto (38,9 em 2019), encerrando 2023 com 30,9, ainda significativamente acima dos demais (Gráfico 29).

O recuo nos homicídios em Salvaterra é expressivo quando se compara o pico de 2020

com os anos seguintes. Mesmo com a oscilação recente, os valores atuais são mais baixos e mais próximos da média da região. A RI apresenta estabilidade em patamar moderado, enquanto o estado permanece com índices elevados, sinalizando desafios de segurança pública estruturais. A queda pode estar relacionada a ações locais de prevenção ou maior controle policial. Ainda assim, o nível de 12 homicídios por 100 mil habitantes exige vigilância contínua e políticas integradas de segurança e inclusão social (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



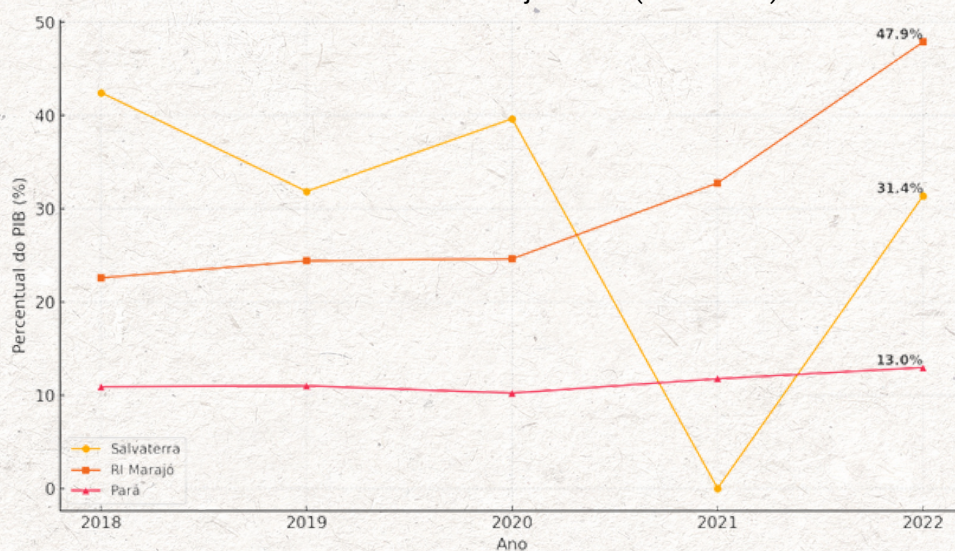
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Salvaterra, o indicador teve forte oscilação: iniciou com 42,3% do PIB em 2018, recuou para 32,0% em 2019, depois subiu para 39,7% em 2020. No entanto, em 2021, caiu drasticamente para 0%, recuperando-se parcialmente em 2022 para 31,4%. Já na Região de Integração do Marajó, o gasto foi mais progressivo: começou em 22,7% (2018), alcançando 24,4% (2019), 24,7% (2020), 32,6% (2021) e atingiu pico de 47,9% em 2022. O estado do Pará manteve-se mais estável, variando de 10,7% em 2018 para 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

A queda abrupta de Salvaterra em 2021 é atípica e pode refletir inconsistência orçamen-

tária, ausência de execução de despesa ou erro de registro. Por outro lado, a retomada em 2022 mostra tentativa de recomposição da atuação pública municipal. A RI Marajó mostra crescimento contínuo, superando inclusive o próprio município em 2021 e 2022, o que indica um maior esforço regional. O estado do Pará apresenta baixo percentual de gasto em relação ao PIB, mas com leve crescimento. Essa diferença entre os níveis territoriais revela assimetrias de investimento público e pode indicar diferentes níveis de dependência econômica dos entes federativos (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Salvaterra x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

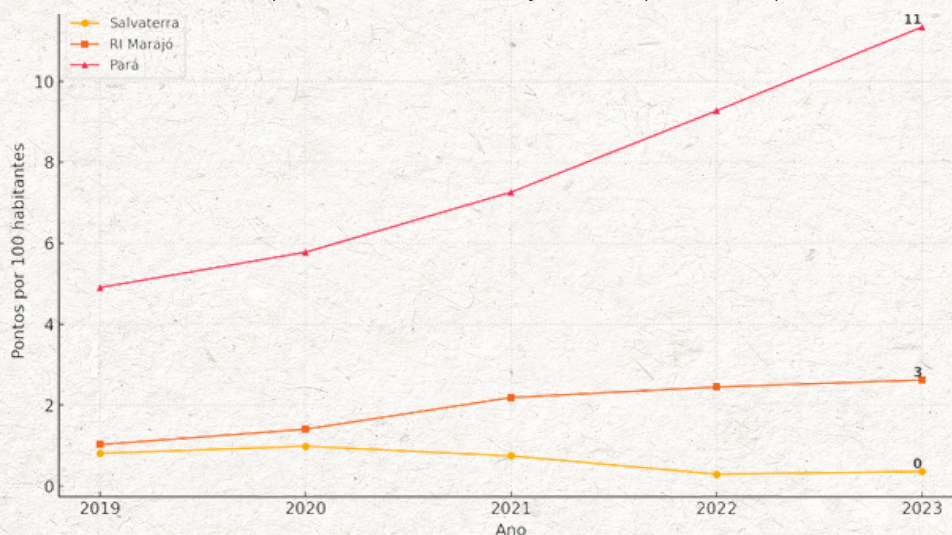
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Salvaterra, o acesso à banda larga apresentou queda ao longo dos anos: partiu de 0,9 pontos em 2019, subiu levemente para 1,1 em 2020, mas recuou para 0,8 em 2021, 0,4 em 2022 e zerou completamente em 2023. Já a Região de Integração do Marajó iniciou com 1,1 pontos em 2019 e mostrou crescimento progressivo: 1,4 (2020), 2,2 (2021), 2,5 (2022) e 2,8 pontos em 2023. O estado do Pará, por sua vez, teve trajetória robusta: de 4,9 pontos em 2019 para 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

A curva decrescente de Salvaterra contrasta com a expansão nos demais níveis territoriais,

o que sinaliza um processo de desconexão digital no município. A queda contínua até atingir 0 pontos em 2023 sugere forte desinvestimento ou descontinuidade de serviços. Enquanto isso, a RI Marajó e o estado avançaram de forma constante, com Pará mais que dobrando seu índice em cinco anos. A discrepância evidencia desigualdade regional no acesso às tecnologias digitais, essencial para inclusão, educação e desenvolvimento econômico. Isso demanda atenção urgente do poder público quanto à infraestrutura de telecomunicações no município (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

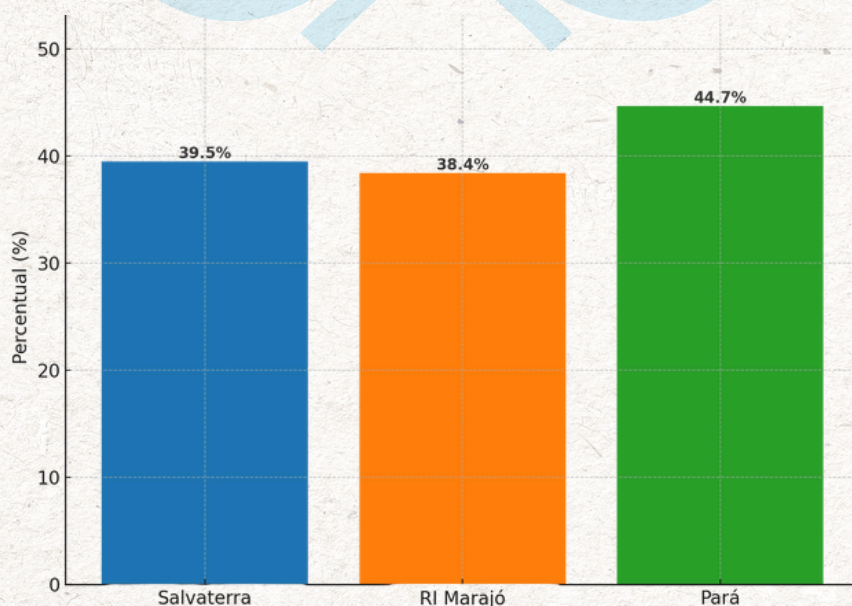
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Salvaterra** registrou um IDS de **39,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Salvaterra x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



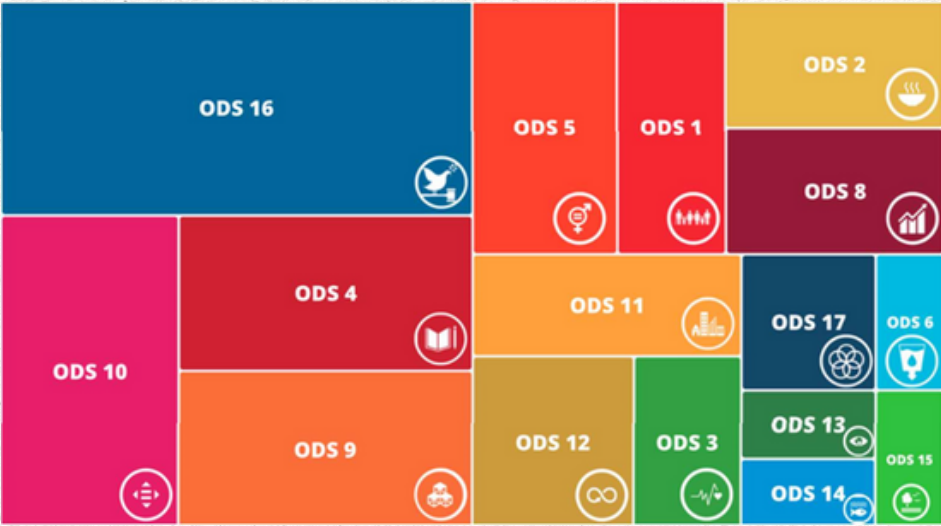
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Salvaterra na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Salvaterra e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

